

Cidades Ocultas.

Oito tópicos para um manifesto (sub)urbano.

Eduardo Fernandes

EAUM, LAB2PT.



Imagem 1. Fotografia de Eduardo Fernandes.

Se todas as cidades forem como um jogo de xadrez, no dia em que eu chegar a conhecer as suas regras possuirei finalmente o meu império
(*As Cidades Invisíveis*, p. 123).

1. As cidades e os sinais: estruturas invisíveis.

No livro *Cidades Invisíveis*, de Italo Calvino, nada é linear.

A sua lógica não é evidente ao primeiro olhar, *subtrai-se aos olhares se não a apanharmos de surpresa* (*Filias*, p. 94), o que só aumenta o fascínio que a sua leitura provoca, confrontada com novas hipóteses para a descodificação da sua estrutura: é possível (por exemplo) encontrar uma relação matemática ($55 + 9 = 8 \times 8$) entre a organização deste livro e um tabuleiro de xadrez, matriz igualitária que, como a grelha de Hippodamus, se pode adequar a qualquer topografia.

Neste tabuleiro, há onze temas que se enredam e entrecruzam em nove capítulos, seguindo uma regra de associação que estabelece relações de proximidade onde a cada leitura se multiplicam as alternativas de interpretação.

No início do livro, a ideia de *memória* alterna com a ideia de *desejo*, num diálogo abstrato sobre urbanidade; no final, as cidades *ocultas* misturam-se com as cidades *contínuas*, num discurso concreto aplicável às realidades urbanas de hoje; pelo meio sucedem-se as ligações possíveis entre as cinquenta e cinco cidades narradas.

Interessa particularmente a este ensaio a ideia de renovação e complementaridade omnipresente nos capítulos referentes ao tema *ocultas*, mas sugerido em quase todas as cidades narradas no livro: os espaços urbanos renovam-se constantemente (*Olinda*), podendo dar lugar a espaços com características antagónicas (mas complementares), como *a cidade infeliz que contém uma cidade feliz que nem sequer sabe que existe* (*Raissa*, p. 151).

	Cidade 1	Cidade 2	Cidade 3	Cidade 4	Cidade 5
<i>As cidades e a memória</i>	Diomira I	Isidora I	Zaira I	Zora I	Maurília II
<i>As cidades e o desejo</i>	Doroteia I	Anastásia I	Despina I	Fedora II	Zobaida III
<i>As cidades e os sinais</i>	Tamara I	Zirma I	Zoé II	Hipácia III	Olívia IV
<i>As cidades subtis</i>	Isaura I	Zenóbia II	Armilla III	Sofrónia IV	Octávia V
<i>As cidades e as trocas</i>	Eufémia II	Cloé III	Eutrópia IV	Ersília V	Esmeraldina VI
<i>As cidades e os olhos</i>	Valdrada III	Zemrude IV	Bauci V	Fílias VI	Moriana VII
<i>As cidades e o nome</i>	Aglaura IV	Leandra V	Pírra VI	Clarice VII	Irene VIII
<i>As cidades e os mortos</i>	Melânia V	Adelma VI	Eusápia VII	Árgia VIII	Laudomia IX
<i>As cidades e o céu</i>	Eudóxia VI	Bersabeia VII	Tecla VIII	Períncia IX	Andria IX
<i>As cidades contínuas</i>	Leónia VII	Trude VIII	Procópia IX	Cecília IX	Pentesileia IX
<i>As cidades ocultas</i>	Olinda VIII	Raissa IX	Marozia IX	Teodora IX	Berenice IX

Imagem 2. Tabela com organização em tabuleiro de xadrez de *As Cidades Invisíveis*; ordenando as cidades por tema e número (1 a 5), os sete capítulos intermédios (II a VIII) do livro surgem como diagonais.
(Ana Carina Silva, 2013, p. 22).

2. *As cidades e a memória: património e contemporaneidade.*

Desde a revolução industrial que o fator mais constante da maioria dos espaços urbanos das sociedades ocidentais é o incremento da velocidade da mudança. São, por isso, cada vez mais raros e valorizados os locais onde parece que o tempo passa mais devagar.

O seu sucesso acarreta, no entanto, o risco de estagnação.

Quando a valorização comercial de um espaço urbano leva a fenómenos de gentrificação, quando a obsessão pela preservação patrimonial conduz a uma cristalização no tempo, à preservação no interior de uma redoma (*Fedora*) que abafa toda a dinâmica urbana, quando a cidade vive em função da passagem efémera de vagas de turistas e das oportunidades comerciais que lhe estão associadas, quando a sua identidade, mesmo para quem a habita, já se confunde com as imagens publicadas em postais ou nos catálogos das agências de viagens, a cidade tende a transformar-se num museu de si mesma, e pode mesmo começar a assemelhar-se a um parque temático (*Sofrónia*), com idênticos processos de substituição do real pelo seu simulacro.

Guimarães não corre esse risco; ao longo da sua história secular, a cidade teve a sorte (ou o mérito) de atrair para a sua gestão e para o desenho (e redesenho) dos seus edifícios e espaços urbanos personalidades que percebem a importância da preservação da sua herança patrimonial mas também, a cada momento, a importância da construção de marcas do presente, que serão o património do futuro.

Na região em seu redor as questões que se colocam são muito distintas.

Embora este antigo território rural, de uso secular, seja detentor de uma história quase tão rica como a da cidade que rodeia, sofreu processos de transformação, nos últimos quarenta anos, que alteraram profundamente a sua imagem, as suas dinâmicas e os seus usos.

Esta rápida evolução criou uma realidade onde a identidade (rural) perdida não foi (ainda) substituída; há uma cidade *oculta* que está ainda em construção (*Tecla*), mas ainda é demasiado jovem para assumir uma forma clara.

3. *As cidades e os olhos: a forma e o limite.*

A civilização ocidental tem uma tradição de mais de dois mil anos a pensar a cidade como forma; em *De Architectura Libri Decem*, Vitruvius já aplicava à cidade os mesmos princípios que defendia para a arquitetura: *Venustas*, *Firmitas* e *Utilitas*.

A tratadística de influência clássica retomou estes propósitos de beleza, estabilidade construtiva e utilidade na procura de um ideal de cidade expresso em forma, como resultado de um plano, partindo sempre de uma definição de limite e estrutura.

A planta de Sforzinda, de Antonio Averlino (1461-64), célebre exemplo de desenho urbano renascentista, pode ser lida como uma tentativa de geometrização da forma tradicional da cidade medieval (com claras semelhanças com a planta de Milão), onde a sobreposição de dois quadrados cria uma estrela regular com oito pontas (que define a muralha) inscrita num círculo (o fosso) e atravessada por oito vias concêntricas que partem de uma praça central e perfuram a muralha nas suas oito portas, protegidas por oito torres.

Com a revolução industrial, o crescimento descontrolado de algumas cidades europeias desvia o foco de atenção do centro para a periferia; a questão do limite passa a colocar-se de forma distinta: a ideia de muralha já há muito que não faz sentido e a estrutura (radial, linear ou em grelha) define um limite abstrato, uma vez que aponta uma regra de expansão que pode sempre ser continuada para além do previsto no plano inicial.

Na tradicional dicotomia cidade-campo (onde a definição de cada um se pode fazer por oposição ao outro) intromete-se uma terceira realidade que baralha a definição de urbanidade enquanto forma: o subúrbio.

Reagindo contra esta nova circunstância, o discurso disciplinar do século XX continuou a propor soluções alternativas de forma, estrutura e articulação funcional, aplicáveis às cidades e às suas áreas de expansão.

Mas, apesar da presença de uma estrutura mais ou menos reconhecível, as áreas suburbanas tendem a perder densidade à medida que se afastam do centro urbano que lhes deu origem e, pela ausência de um limite claro, tendem a diluir a sua forma na área (anteriormente) não urbanizada para onde se expandem.

A complexa interligação entre cidade, subúrbio e campo já não permite que se possa definir cidade apenas em termos de forma.

4. **As cidades contínuas: muralhas, portas e caminhos.**

Em Guimarães, a forma da cidade é facilmente reconhecível desde o século XIII, limitada pelo traçado da sua muralha que (mesmo depois da sua parcial demolição) diferenciava claramente um interior delimitado de um exterior de forma muito menos definida.

Mas, fora dos limites reconhecíveis da cidade, a expansão urbana começou ainda no período medieval, ao longo dos caminhos que se iniciavam nas portas da muralha, seguindo para as cidades mais próximas: para norte, pelas estradas para Póvoa de Lanhoso e Chaves, para noroeste, na direção de Braga, para sudeste (Amarante), para poente (Vila do Conde) e para sudoeste (Santo Tirso), onde se instala o núcleo proto industrial dos Pelames.

Ao longo de cada um destes eixos vai nascendo, lentamente, de forma linear e (aparentemente) desconexa, uma realidade (sub)urbana, sem forma reconhecível, uma *cidade oculta*.

Depois, no final do século XX, é o traçado da nova circular rodoviária, definido por Fernando Távora no Plano Geral de Urbanização, que estabelece os novos limites da cidade consolidada com uma fronteira clara. Se a sul e nascente a expansão urbana está naturalmente condicionada pela topografia (a Penha é uma barreira natural que complementa o traçado da via rápida), os novos limites a sudoeste, poente e a norte são claramente perceptíveis para quem circula na nova muralha: de um lado está a cidade, do outro está o mundo rural.

A exceção acontece apenas nos nós, as novas portas por onde as antigas estradas que atravessavam a muralha podem continuar o seu traçado; por estas vias, e ao longo de dezenas de quilómetros, é o *humor de quem a olha que dá à cidade a sua forma* (Zemrude, p. 68).

As *cidades ocultas* são agora *cidades contínuas*.

5. **As cidades e o desejo: urbanidade e permutas.**

Avanças durante horas e não é claro se já estás na cidade ou ainda fora (Pentesileia, p. 158).

Pode parecer estranho chamar cidade aos territórios (aparentemente) suburbanos do vale do médio Ave.

Quanto partimos do pressuposto teórico de que as cidades são as coisas (as ruas, as praças, os edifícios, etc...) e que, portanto, devem ser entendidas, analisadas e classificadas pela sua forma (tal como tradicionalmente tem sido feito pelos arquitetos), a (sub)urbanização contínua que encontramos ao longo da N101, da N105 ou da N206 está distante da imagem mental que associamos à palavra.

Mas se entendermos que a cidade também são as pessoas, e que é sobretudo na maneira como as pessoas interagem com as coisas que, em cada caso concreto, está o carácter mais ou menos urbano de um território, podemos ter uma visão diferente.

Afinal, o que define urbanidade, para cada um de nós, está para além da forma ou do entendimento meramente administrativo da divisão do território. Tradicionalmente, chamamos cidade (a nossa cidade) ao conjunto de lugares que dá resposta às necessidades práticas da nossa vida (abastecimento, consumo, emprego, segurança, mobilidade, habitação, desporto, educação, lazer, cultura) e, simultaneamente, nos permite uma identificação social, nos dá uma identidade.

Mas esta identificação faz-se em rede, por um conjunto de ligações mais ou menos frágeis, que *assinalam relações de parentesco, permuta, autoridade, representação* (Ersília, p. 78): *isto é ainda a cidade...*

6. **As cidades subtis: as redes e os nós.**

No caso de Guimarães, no conjunto das dez freguesias mais centrais (aquelas a que será consensual atribuir carácter urbano) não moram mais de cinquenta mil pessoas, enquanto as restantes freguesias do concelho albergam mais do dobro.

Estes cem mil habitantes estão distribuídos de forma dispersa e aparentemente caótica; no entanto, estudando a evolução deste território, é possível perceber que essa aparente aleatoriedade é estruturada, em primeiro lugar, pelas vias principais de ligação entre as cidades (antigas estradas que hoje apresentam carácter de rua), depois pelas ligações entre os aglomerados de menor dimensão e, finalmente, por uma teia que vai alastrando a partir destes eixos, através da urbanização de antigos caminhos rurais e do loteamento de antigas quintas (*Cecília*).

Mas esta estrutura não é composta apenas por habitação; esta região não é o dormitório das cidades que a rodeiam.

Pelo contrário, aqui se articulam, num sistema razoavelmente autônomo, não só uma persistente ligação à agricultura (no interior desta malha subsistem áreas consideráveis de terreno cultivado), mas também uma atividade industrial disseminada e uma representativa incidência de comércio e serviços.

Para grande parte destes cem mil habitantes, as interações do dia-a-dia são feitas neste território. Não será, então, esta a sua realidade urbana?

Poderemos considerar este território a sua cidade?

7. **As cidades e o céu: tempo, aceleração e mudança.**

O aumento exponencial da velocidade de processos no mundo que nos rodeia tende a provocar sucessivas mudanças na nossa vida: mudamos de cidade ou de país para estudar, encontrar trabalho, mudar de emprego (ou porque o nosso emprego mudou de sítio); mudamos de casa porque casamos, temos filhos, divorciamo-nos, casamos outra vez, ou porque temos mais dinheiro, ou menos (já não conseguimos pagar o empréstimo) ou porque parece ser um bom negócio, ou só porque sim...

A nossa ligação ao território é efêmera; não estabilizamos a relação com os sítios tempo suficiente para criar raízes, para estabelecer laços, para sentir uma identificação. Ao mesmo tempo, a partir de nossa casa podemos ligar-nos virtualmente a qualquer lado do mundo, de forma cada vez mais eficaz, o que também contribui para fragilizar a relação real ao sítio onde estamos.

Por outro lado, aquilo que preenche a nossa vivência urbana já não se localiza numa área delimitável. É um sistema de rede, em constante mutação, que articula diferentes pontos, mais ou menos próximos, de forma mais ou menos virtual.

Da cidade que nos serve de referência identitária muitas vezes ficou só o nome (*Irene*, p. 127), que ainda *magnetiza os olhares e os pensamentos* de quem já não tem razões para lá ir...

As *cidades contínuas* do vale do Ave também funcionam em rede: mas não é só uma rede física de estradas e caminhos, é também uma complexa rede de atividades humanas que respondem aos requisitos de um sistema urbano muito rico, quando encarado em conjunto com as cidades que articula e complementa.

Encarado separadamente é incompleto, mas as cidades que o rodeiam também são.



Imagem 3. Fotografia de Eduardo Fernandes.

8. *As cidades e o nome: as palavras e as coisas.*

O que chamar então a este território? Disperso? Difuso? Transgénico? Cidade Emergente?

Aquilo que parece uma mera questão de semântica pode ser decisivo na definição de um modo de olhar. Se o significado não se adequa ao objeto designado, as palavras podem implicar ações que partem de um pressuposto equívoco.

Será em função daquilo que chamarmos a estas *cidades ocultas* que as políticas que as afetam serão pensadas, que a sua urbanidade será mais ou menos visível, que a vida dos seus habitantes será mais ou menos fácil.

Bibliografia:

ASCHER, François (1995) *Metapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Éditions Odile Jacob.

BENEVOLO, Leonardo (1960) *Storia dell'architettura moderna*. Roma-Bari: Gius, Laterza & Figli Spa.

CALVINO, Italo (1972) *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Teorema, 1990.

FERNANDES, Eduardo; SILVA, Ana Carina (2014) "From More to Cavino. The invisible cities of 20th Century planning", in *International Conference 20th Century New Towns. Archetypes and Uncertainties*. ESAP/DARQ/CEAA, 22-24 May, Porto, Portugal.

FERNANDES, Eduardo; JORGE, Filipe (2011) *Guia de Arquitectura de Guimarães*. Lisboa: Argumentum.

SILVA, Ana Carina (2013) *Para uma cartografia imaginária. Desfragmentação de "As Cidades Invisíveis" de Italo Calvino*. tese de Mestrado Integrado da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães.

TEIXEIRA, Carolina (2014) *A Cidade Emergente - reivindicação do DNA da N101*, tese de Mestrado Integrado da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães.

SOLÁ-MORALES, Ignasi (1998) "Patrimonio arquitectónico o parque temático", *Loggia: Arquitectura y restauración*, Nº. 5, pp. 30-35.